

A formação dos educadores museais no Brasil

The training of museum educators in Brazil

Renata Silva Almendra¹

DOI 10.26512/museologia.v12i23.51743

Resumo

Este artigo apresenta uma análise sobre a formação de educadores museais no Brasil e as relações entre os museus e as universidades no que diz respeito à formação, profissionalização e pesquisa no campo da educação museal. Para tanto, entrecruza os resultados obtidos pela “Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal – PemBrasil”, realizada em 2022 e publicada em julho de 2023, com um levantamento das matrizes curriculares dos cursos de Museologia de 13 universidades públicas. Observa-se uma série de desafios a serem enfrentados para prover uma aproximação mais estreita entre as universidades e os museus, especialmente no que tange a formação e profissionalização de educadores para atuar nesses espaços educativos não-formais.

Palavras-chave

Educação não formal; museus; Política Nacional de Educação Museal; universidade; licenciaturas.

Abstract

This article presents an analysis of the training of museum educators in Brazil and the relationships between museums and universities with regard to training, professionalization and research in the field of museum education. To this end, it intertwines the results obtained by the “National Survey of Educational Practices of Brazilian Museums: an overview based on the National Policy on Museum Education – PemBrasil”, carried out in 2022 and published in July 2023, with a survey of the curricular matrices of the courses of Museology from 13 public universities. There are a series of challenges to be faced to provide a closer relationship between universities and museums, especially regarding the training and professionalization of educators to work in these non-formal educational spaces.

Keywords

Non-formal education; museums; National Policy on Museum Education; university; teacher training courses.

Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil tem caminhado significativamente no que tange às políticas públicas no âmbito da educação em museus. Apesar de a trajetória da educação museal no Brasil remontar há quase um século², observa-se que, a partir da consolidação da Política Nacional de Museus, em 2003, o campo da educação museal ganha um impulso importante para seu fortalecimento.

É inegável que este fortalecimento se dá pela ação profissional dos educadores, sua atuação em redes e a elaboração de procedimentos, metodologias e ferramentas para o desenvolvimento de suas práticas. Assim, a partir da soma destes esforços profissionais e da implementação da Política Nacional de Museus, que resultou na criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em

1 Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - Departamento de Métodos e Técnicas. Historiadora e Museóloga com doutorado em História pela Universidade de Brasília. Por 13 anos (2010 a 2023) compôs o quadro de servidores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), onde desenvolveu trabalhos relativos à educação museal e a elaboração da Política Nacional de Educação Museal - PNEM. É membro do Grupo de Pesquisa em Educação Museal (CNPq-Ibram). Tem como áreas de atuação o ensino de história; educação museal; história urbana e de Brasília.

2 Identificamos o início desta trajetória em 1927, com a criação da Seção de Assistência ao Ensino (SAE), por Edgard Roquette-Pinto. Tal setor educativo ainda encontra-se em atividade no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

2009, as discussões acerca da educação museal foram intensificadas, resultando em ações concretas que se refletem como marcadores na linha do tempo da educação museal no Brasil. Dentro do próprio Instituto Brasileiro de Museus, é importante destacar a criação de uma coordenação destinada a cuidar especificamente dos assuntos relativos à museologia social e à educação museal no âmbito do Departamento de Processos Museais que, dentro da sua esfera de atuação, tem encaminhado diversas demandas do campo.

Destarte algumas iniciativas preliminares de estabelecimento de políticas públicas específicas de educação museal, sobretudo na década de 1980 (Castro, 2019), teremos como ponto de partida para essa discussão a elaboração, implementação e desdobramentos da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), estabelecida pela Portaria Ibram nº 422 de 2017, posteriormente atualizada pela Portaria Ibram nº 605/2021.

A construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), caracterizada por um processo participativo, realizado entre 2010 e 2017, é uma grande conquista do campo, sobretudo por contribuir para o levantamento, fortalecimento e produção teórica que, inclusive, aponta para a constituição de um conceito de Educação Museal, de caráter histórico e nacional.

No entanto, mesmo pautada por uma intensa mobilização do campo da educação museal, que compreendeu articulações de educadores em redes estaduais, realização de encontros regionais e nacionais, discussões temáticas em um blog que envolveu a participação de cerca de 800 educadores em todo o Brasil, o fato é que a elaboração da Política Nacional de Educação Museal careceu de informações específicas sobre o campo, que permitissem a sua caracterização, necessária para fundamentar objetivos e propostas de solução para as demandas identificadas de forma empírica no exercício profissional cotidiano dos educadores engajados no processo de elaboração participativa da política.

O planejamento estratégico da implementação e acompanhamento da PNEM evidenciou a falta de um diagnóstico sobre as condições de realização das práticas educativas em museus e processos museais no Brasil, e a necessidade crescente de levantamento de dados específicos sobre educação museal. A ausência de informações mais organizadas sobre o campo não permitia, até então, o estabelecimento de parâmetros para verificação do impacto, nem da adesão dos profissionais e instituições às proposições da PNEM, apesar dos esforços empreendidos nesse sentido (Almendra; Costa; Castro, 2022).

A partir da identificação desta lacuna, o Ibram firmou parceria com o Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), coletivo interinstitucional e multidisciplinar que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas das artes, da cultura e da economia criativa. O OBEC reúne docentes, discentes e técnicos da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e da Universidade do Estado da Bahia, além de pesquisadores independentes e de outras instituições. O objetivo da parceria foi a realização da “Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal” a partir do levantamento de dados sobre as ações de educação museal empreendidas nos museus brasileiros e estabelecimento de parâmetros para verificação do impacto e a adesão às proposições da Política Nacional de Educação Museal (PNEM).

A consulta foi realizada por meio de um questionário online disponibilizado durante os meses de agosto a outubro de 2022. Os resultados da pesquisa, que passou a ser identificada como PEMBrasil, foram divulgados em evento

nacional realizado na cidade de Cachoeira/BA entre os dias 06 e 08 de julho de 2023 – no âmbito do Encontro Nacional de Educação Museal (EMUSE) – e posteriormente publicados no Relatório Final da PEMBrasil³.

Além de trazer um retrato atual dos museus em relação a sua função educativa – como a existência de um setor educativo especializado, questões orçamentárias e de gestão, práticas educativas realizadas, avaliação e registro das ações educativas etc. –, a pesquisa buscou conhecer também o perfil dos educadores museais no Brasil – suas áreas de formação, idade, gênero, cor/raça, aportes teóricos e conceituais nos quais baseiam suas ações, dentre outros aspectos.

Dentre os muitos dados gerados pela pesquisa que despertam possibilidades de análises mais profundas, destacamos no presente artigo algo que nos interessa mais pontualmente: a relação dos educadores museais com as universidades. Para tanto, tais dados serão analisados também a luz de um levantamento realizado pela autora no ano de 2023, que teve como escopo analisar as matrizes curriculares e ementas de disciplinas constituintes de 13 cursos de Museologia no país.

A formação dos educadores museais: lacunas e potencialidades nas universidades brasileiras

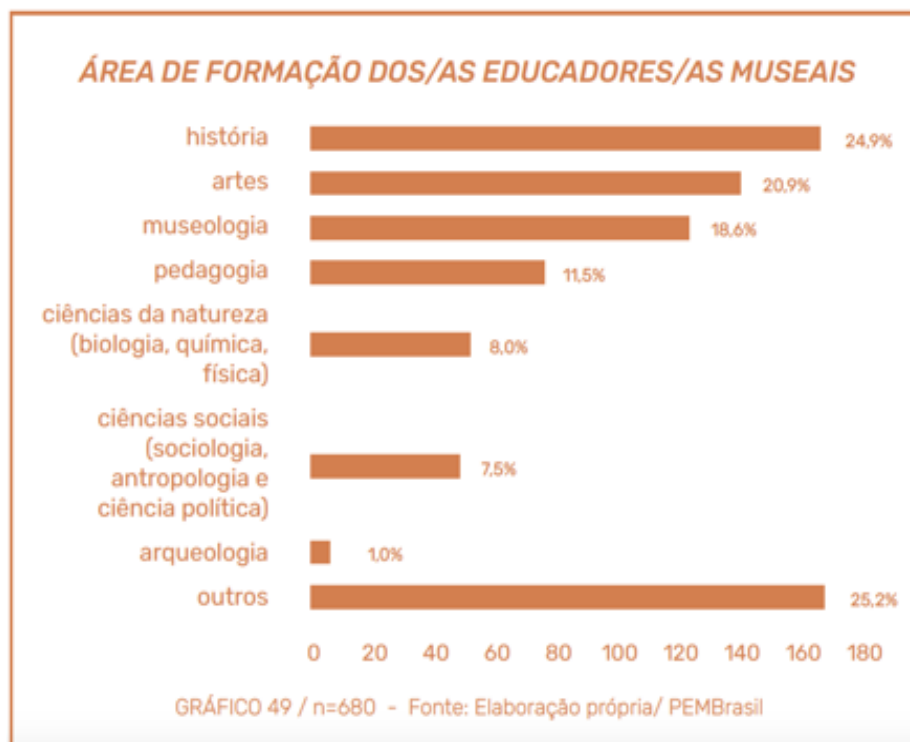
A “Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal” teve um pouco mais de dois meses de aplicação em 2022 e foi realizada em um período desafiador para a sua divulgação, conhecido como defeso eleitoral, em que os órgãos públicos enfrentam uma série de limitações em suas ações de comunicação devido à proximidade com as eleições presidenciais. Mesmo assim, revelando uma ampla articulação dos profissionais de educação museal e sua atuação em redes, a PEMBrasil alcançou uma abrangência nacional e contou com 1153 respostas em duas diferentes modalidades.

Na modalidade “Indivíduos”, a pesquisa obteve a participação de 484 educadores/as museais – com ou sem vínculo com instituições. Na modalidade “Museus”, foram 669 respostas, sendo 454 de museus representados por gestores/as e 215 representados por profissionais da educação museal.

Ao traçar um perfil dos educadores museais brasileiros, a PEMBrasil mostra que a maior parte dos profissionais que atuam com educação em museus são mulheres cisgênero (61,6%), auto declaradas brancas (58%), com uma faixa etária predominante entre os 41 a 60 anos (40,2%) e com um alto nível de escolaridade (87,8% têm nível superior completo e 64,7% têm pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*). O gráfico 1, a seguir, apresenta as áreas de formação dos respondentes da pesquisa. É possível observar que, afora o curso de Museologia, todas as outras formações apontadas são relacionadas a áreas que se vinculam tanto a cursos de bacharelado como também de licenciatura, ou seja, formação de professores.

3 Disponível em https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/07/PEMBrasil_relato%CC%81rio-2023_final.pdf Acesso em 23/11/2023.

Gráfico 1: Área de formação dos educadores/as museais.



Fonte: Relatório Final da PemBrasil, p. 77, disponível em https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/07/PEMBrasil_relato%CC%81rio-2023_final.pdf

Percebe-se, pela análise do gráfico acima que, destarte não haver uma formação específica de educadores museais em nível de graduação, há uma multidisciplinaridade nessa formação, principalmente na área de humanidades. O predomínio dos cursos de História e Artes na formação dos educadores respondentes também pode estar relacionado à tipologia dos museus em que atuam. No entanto, nos perguntamos: de que forma essa profissionalização do educador museal acontece e qual o papel das universidades nessa formação? Os cursos de graduação em Museologia têm disciplinas específicas voltadas para educação museal? E os cursos de licenciatura abordam a atuação de professores em espaços educativos não formais, a exemplo dos museus?

Para buscar responder a estas perguntas, recorreremos primeiramente à análise das matrizes curriculares e das ementas de disciplinas obrigatórias de 13 cursos de graduação em Museologia no Brasil ofertados em universidades públicas federais, quais sejam: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

O termo “educação museal” ainda é pouco presente para nomear disciplinas obrigatórias nos cursos de Museologia do país. Apenas na matriz curricular do curso da Universidade Federal de Santa Catarina é possível encontrar uma disciplina denominada “Educação Museal” no 4º semestre do fluxo, seguida pela disciplina “Ação cultural e educativa em museus” do 6º semestre. No en-

tanto, é importante destacar que o uso deste termo ainda pode ser considerado relativamente recente. Por mais que ações educativas em museus tenham um histórico significativo, remontando a década de 1920, foi com o estabelecimento da Política Nacional de Educação Museal que este conceito passou a ser mais delineado. De acordo com a educadora Fernanda Castro:

A proposta de conceituação da educação museal construída na PNEM diferencia-se de outras noções de educação pré-existentes nos campos do patrimônio e da memória por colocar no centro da ação educativa museal o indivíduo e a necessidade de sua formação, emancipação e atuação crítica na transformação da sociedade. (Castro, 2019: 96)

Assim, o que encontramos na grande maioria das matrizes curriculares das universidades analisadas, são disciplinas que abordam a educação numa perspectiva mais voltada ao patrimônio. Como exemplo citamos “Ação cultural e educativa com patrimônios”, ofertada no 5º semestre do curso da Universidade Federal da Bahia; “Educação Patrimonial” como disciplina do 2º semestre da Universidade Federal do Pará, também no 6º semestre da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e no 8º semestre da Universidade Federal de Ouro Preto; a Universidade Federal de Goiás apresenta um conjunto de disciplinas encadeadas denominadas “Comunicação Patrimonial I, II, III e IV”, cada uma delas voltada para uma área específica. Em “Comunicação Patrimonial I” prevê-se o estudo da Ação Educativo Cultural e a “Comunicação Patrimonial III” trata das Práticas de Educação Não-Formal Aplicadas a Museus.

As relações entre museus e educação, abordadas a partir de diferentes denominações de disciplinas de graduação, também ganham espaço nas matrizes curriculares, mesmo que de forma um tanto tímida, ocupando apenas um ou dois semestres do fluxo da graduação. Enquanto a Universidade Federal de Pernambuco tem no seu 1º semestre a disciplina “Educação e Museus”, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul oferta mais para o final do curso, no 6º semestre, a disciplina “Educação em museus”. Na Universidade Federal de Pelotas há as disciplinas “Ação cultural e educação em museus I e II”, ofertadas respectivamente no 5º e 6º semestres. A Universidade Federal de Sergipe, por sua vez, se destaca por ter um curso de Museologia mais provido de disciplinas relacionadas à educação, seja no fluxo de disciplinas obrigatórias como também de optativas que abordam temas mais específicos, como “Educação e acessibilidade nos museus”, “Educação especial em museus”, “Museus educacionais e de ciências” e “Tópicos especiais de educação em museus”.

Por fim, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Minas Gerais não apresentam em suas matrizes curriculares nenhuma disciplina nominalmente relacionada à educação museal. No entanto, ao consultarmos às ementas de algumas disciplinas de caráter mais geral, encontramos alguma menção aos estudos das relações entre museu e educação, a exemplo da disciplina “Museologia 3”, da Universidade de Brasília, que dispõe em sua descrição:

Processo educativo nos museus: conceitos gerais e interfaces com a Museologia. Metodologias aplicadas à educação nos museus. Visitas a museus e instituições análogas, com ênfase na compreensão do patrimônio cultural, natural e regional. (UnB, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, Componente curricular FCI0016 - Museologia 3, ano-período 2024/1)

Voltando ao gráfico 1, apontamos que os egressos dos cursos de Museologia correspondem a um percentual de 18,6% dos educadores museais. Com uma incidência maior temos 24,9% com formação em História e 20,9% em Artes, seguidos por 11,5% de pedagogos e 8% provenientes das áreas de ciências da natureza (biologia, física, química). Mas nos perguntamos: em que medida os cursos de licenciatura adotam estratégias para formar professores para atuar também em espaços educativos não formais, como os museus?

Um olhar mais geral para as grades curriculares dos cursos de licenciatura nas universidades federais supracitadas mostra que são raras as disciplinas voltadas para uma formação de educadores que extrapole o espaço da sala de aula. Temos como exceção os cursos de Pedagogia, que em muitas universidades têm em seu currículo ao menos uma disciplina voltada para espaços educativos não escolares, bem como estágios curriculares nesses espaços. Porém, é possível observar que cabe aos professores das universidades a apresentação dos museus como espaços educativos não formais repletos de possibilidade de atuação para os futuros educadores. Muitas vezes, o entendimento mais recorrente de espaços não formais nos cursos de Pedagogia, por exemplo, se resume às empresas, órgãos públicos, bibliotecas, instituições voltadas à socioeducação ou instituições que desenvolvam atividades de capacitação de funcionários, cursos abertos etc.

Exceções também são encontradas nos cursos de licenciatura em Artes, que têm os museus e espaços culturais como *locus* da atuação profissional para além das salas de aula da educação básica. Porém, demais cursos que abarcam as licenciaturas – História, Biologia, Química, Física, Matemática, Geografia, Sociologia, Letras etc. – parecem carecer de uma abordagem mais aprofundada das possibilidades de atuação dos licenciados em espaços educativos não formais, quiçá nos museus.

Por mais que a estrutura curricular da maior parte dos cursos de licenciatura revele esta lacuna, é fundamental destacarmos as inúmeras e significativas iniciativas empreendidas por professores universitários de diferentes áreas, por grupos de pesquisa, por parcerias interinstitucionais que desenvolvem trabalhos de destaque no campo da educação museal em todo o país. Um exemplo é o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não Formal e Divulgação em Ciência (GEENF⁴), criado em 2002 e vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Martha Marandino. Referência em todo o Brasil, o trabalho desenvolvido pelo GEENF/USP é marcado pelas inúmeras pesquisas e publicações na área da educação museal, sobretudo no que tange os museus de ciências.

Nesse sentido, destacamos ainda que, em nível de pós-graduação, temos visto surgir novos cursos que abordam a temática da educação museal, evidenciando um crescimento do interesse na pesquisa e atuação nessa área. Como um exemplo bastante recente, podemos citar a criação do “Curso de Especialização em Educação Museal: Fundamentos Técnicos e Pedagógicos de Aprendizagens” pela Universidade Estadual do Amazonas, em novembro de 2023. Tal iniciativa revela-se fundamental para suprir a demanda de formação de profissionais de museus na região Norte do país, conforme evidenciado na PEMBrasil. De acordo com o Cadastro Nacional de Museus (CNM), a região Norte conta com

4 Para conhecer mais sobre o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não Formal e Divulgação em Ciência da USP, sugerimos o acesso ao site: <http://www.geenf.fe.usp.br/v2/>

156 instituições museológicas em funcionamento⁵, tendo 47 delas respondido à PEMBrasil, sendo a grande maioria localizada no Pará e no Amazonas. É a região com o menor número de museus cadastrados no CNM.

Pesquisas e difusão do conhecimento em educação museal

Como já foi dito na introdução deste artigo, a Política Nacional de Educação Museal é considerada uma grande conquista do campo museológico brasileiro, principalmente se levarmos em consideração uma série de descontinuidades que têm marcado a cultura, nacionalmente, durante os últimos anos. O fato de ter sido construída de forma participativa, envolvendo educadores museais de todo o país em uma ampla mobilização nacional por meio de uma plataforma virtual e encontros presenciais trouxe um fortalecimento e visibilidade para a consolidação da educação museal enquanto conceito e práticas. No entanto, vemos que muitas das demandas e aspirações, reveladas na forma de eixos, princípios e diretrizes da PNEM, parecem carecer de reverberações na sociedade e em outras instituições, como as universidades.

No seu Eixo II, que trata dos profissionais da educação museal, da formação e pesquisa, a PNEM dispõe de 9 diretrizes. Abordaremos algumas delas em específico para tratar de alguns resultados da PEMBrasil em relação a esta questão da formação de educadores museais e as pesquisas desenvolvidas sobre esta temática nas universidades brasileiras.

Diante do que foi exposto sobre a participação nas universidades na formação de educadores museais, encontramos um verdadeiro abismo entre a realidade apresentada e o que está proposto no Eixo II, diretriz V, que dispõe:

V – potencializar o conhecimento específico da educação museal de forma a consolidar esse campo, por meio da difusão e promoção dos trabalhos realizados, do intercâmbio de experiências, e do estímulo à visibilização de cursos de nível superior em educação museal.

Quando percebemos que nem mesmo os cursos de Museologia, interdisciplinares em sua essência, dedicam atenção especial aos temas e conteúdos da educação museal, tal diretriz parece soar como um desejo do campo, ainda um tanto distante de ser realizado na prática. Propor a viabilização de cursos de nível superior em educação museal requer ainda um grande caminho a ser percorrido, que passa por um reconhecimento acadêmico da importância da formação de profissionais nessa área específica.

Este reconhecimento tende a ser gradual, começando pelo aumento de oferta de disciplinas relacionadas mais especificamente à educação museal dentro dos cursos de Museologia, mas também nos cursos de licenciatura, ampliando o escopo da atuação dos educadores para além do contexto escolar. A oferta de cursos de extensão, de curta e longa duração, focados em licenciandos e licenciandos também se configura como um passo importante a ser dado pelas universidades nos processos de formação de educadores museais. Ademais, destarte algumas iniciativas pontuais de cursos de especialização em educação museal já realizados no país, identifica-se também uma carência de cursos de pós-graduação *lato sensu* na área.

5 Dados de maio de 2024 coletados na plataforma <https://cadastro.museus.gov.br/>

Por outro lado, no que diz respeito à produção de conhecimento sobre o campo da educação museal, as respostas coletadas pela PEMBrasil mostram uma maior consonância com o que está estabelecido na PNEM. O Eixo II da política traz em suas diretrizes VII e VIII a importância e o incentivo para a realização de pesquisas em educação museal, conforme descrito a seguir:

- VII – fortalecer a pesquisa em educação em museus e em contextos nos quais ocorrem processos museais, reconhecendo esses espaços como produtores de conhecimento em educação;
 VIII – promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas específicas do campo por meio da articulação entre os setores educativos e agências de fomento científico, universidades e demais instituições do país.

A diretriz VII traz um entendimento importante ao reconhecer os museus como espaços de produção de conhecimento em educação. A realização de atividades educativas voltadas para públicos diversos, pautadas em diferentes abordagens e perspectivas teóricas, documentadas e avaliadas pela equipe podem ser divulgadas como relatos de experiências e aprofundadas em pesquisas sobre o campo.

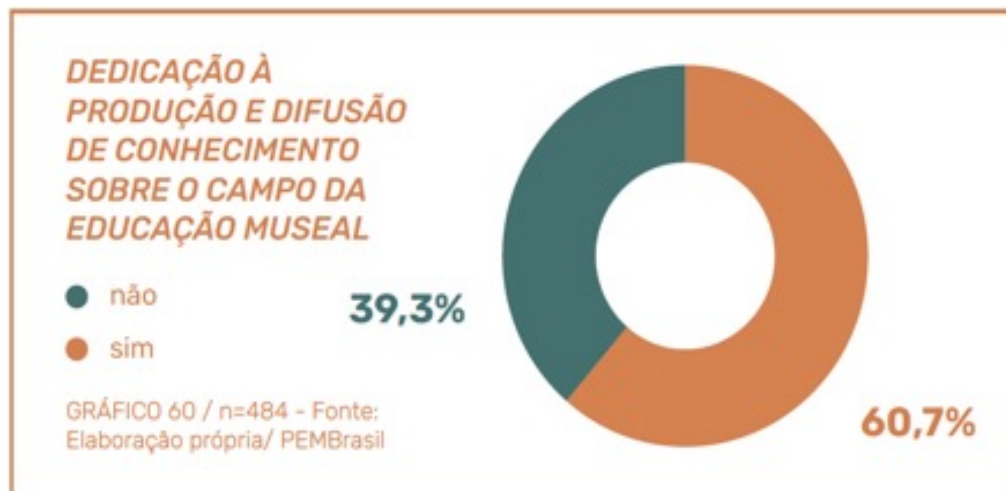
Em um artigo “O lugar da pesquisa na educação museal” (2019), os pesquisadores e educadores do Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Ozias Soares e Carla Gruzman, consideram que as pesquisas em educação museal se deparam com um duplo desafio. O primeiro deles é relativo às demandas de pesquisa de ordem teórico-conceituais sobre o campo. E o outro diz respeito às práticas educativas nos museus e a elaboração de pesquisas que retroalimentem essas práticas. Ao apresentarem um breve histórico sobre as perspectivas e avanços em pesquisas no campo museal, os autores identificam um crescimento da relação entre educação e pesquisa nas instituições museológicas nos últimos anos.

No contexto brasileiro vemos avançar a ideia de que a dimensão educativa dos museus não está, ou não deve estar dissociada da pesquisa/investigação nas suas diversas possibilidades. A ampliação e o acolhimento de temas na pós-graduação (*lato e stricto sensu*) que investigam a educação museal, seus aspectos constitutivos e suas expressões nas diferentes tipologias de acervos, podem servir de termômetro para qualificar o quanto o trinômio pesquisa-educação-formação vem se consolidando. (Soares; Gruzman, 2019: 122-123)

Esta constatação dos autores encontra eco nos resultados da PEMBrasil. Em uma pergunta destinada apenas aos educadores/as que responderam a pesquisa como indivíduos, tendo ou não vínculo com instituições museais, foi revelado que mais de 60% dos respondentes afirmam se dedicar à produção e difusão de conhecimento sobre a educação museal, conforme apresentado no Gráfico 2, a seguir.

A formação dos educadores museais no Brasil

Gráfico 2: Dedicção à produção e difusão de conhecimento sobre o campo da educação museal.



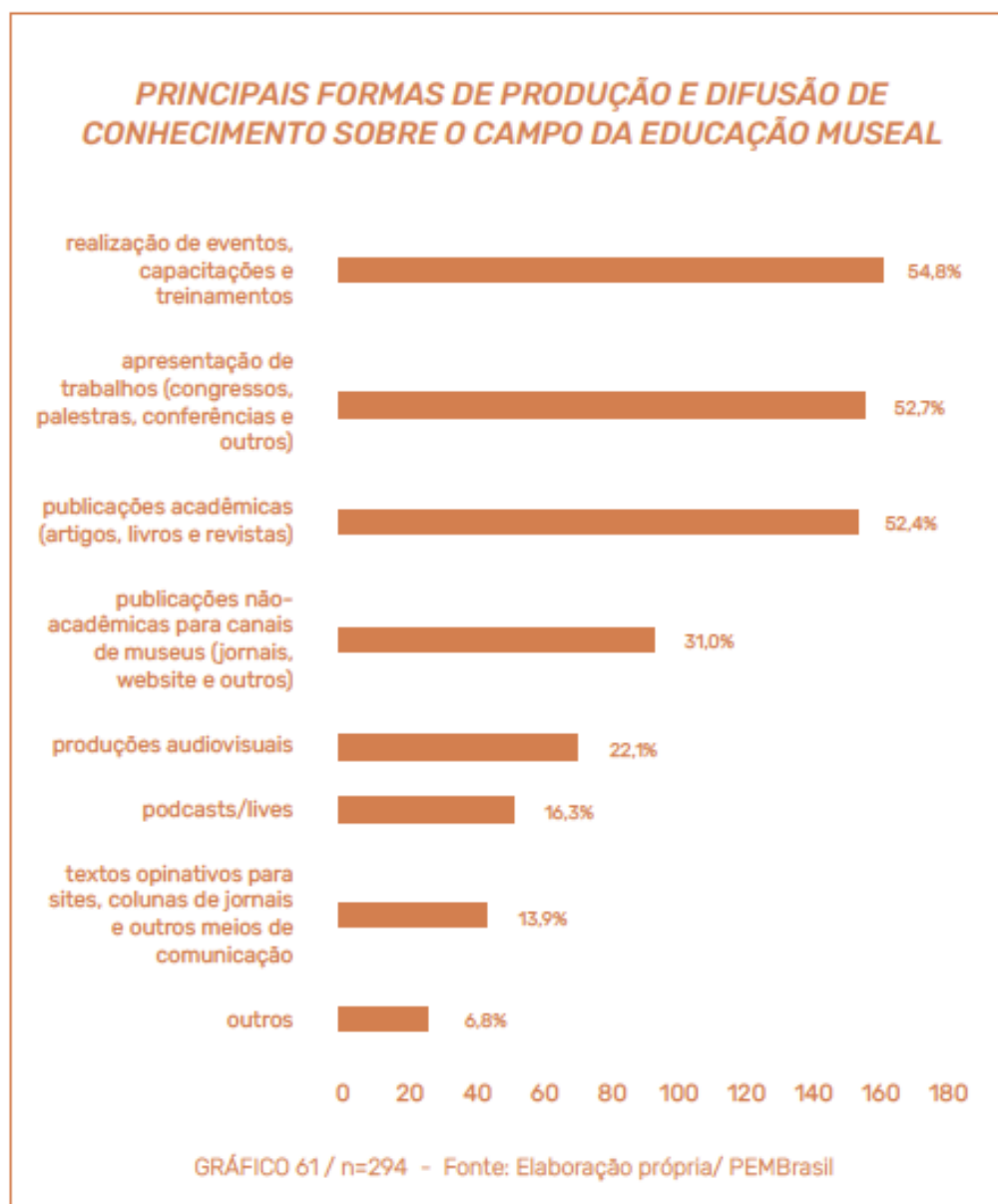
Relatório Final da PemBrasil, p. 86, disponível em https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/07/PEM-Brasil_relato%CC%81rio-2023_final.pdf

Tal dado traz mais uma comprovação das investigações de Soares e Gruzman, que observaram também um aumento expressivo da criação de grupos de pesquisas vinculados ao diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com temáticas relacionadas ao campo museal em geral, e à educação museal em específico, entre os anos de 2004 e 2019.

Como um desdobramento da pergunta feita aos educadores que responderam afirmativamente à questão apontada no Gráfico 2, questionou-se por meio de quais formas essa produção e difusão do conhecimento sobre o campo da educação museal ocorre. A partir de possibilidades de múltiplas alternativas para as respostas, os educadores demonstraram uma grande aproximação com as universidades e um evidente caráter acadêmico de suas produções, o que ressoa também no indicador relativo à alta escolarização dos educadores, conforme já discutido anteriormente.

Assim, ao olharmos detalhadamente para o Gráfico 3, a seguir, observamos que a produção de conhecimento sobre educação museal, cujo aumento foi identificado por Soares e Gruzman (2019), é também difundida em eventos de caráter acadêmico. 52,7% dos respondentes (ou seja, 154 indivíduos) afirmaram que participam de eventos como congressos, simpósios, palestras e conferências para apresentar seus trabalhos. Também a maioria (54,8%) está comprometida com a realização de atividades formativas, como capacitações, treinamentos, oficinas e eventos sobre a temática da educação museal. Um número também bastante expressivo, 52,4% dedicam-se à publicação de suas produções em artigos científicos, livros e revistas de cunho acadêmico. No entanto, espaços não acadêmicos também são amplamente utilizados para divulgação de conhecimento, como jornais, websites e canais voltados aos museus e à museologia em redes sociais como o Youtube, Instagram e Facebook. Em menor incidência, mas também igualmente expressiva, está a difusão de pesquisas em meios digitais, como *podcasts*, *lives*, produções audiovisuais.

Gráfico 3: Principais formas de produção e difusão de conhecimento sobre o campo da educação museal.



Fonte: Relatório Final da PemBrasil, p. 86, disponível em https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/07/PEMBrasil_relato%CC%81rio-2023_final.pdf

A partir da análise do Gráfico 4, observa-se também que, além de ter o ambiente acadêmico como um espaço de produção e difusão do conhecimento em educação museal, muitos educadores/as (69%) apontaram eventos propostos pelo Instituto Brasileiro de Museus como a principal forma de divulgação das atividades e conhecimentos gerados pelos setores educativos dos museus. Assim, tanto a Semana Nacional de Museus, como a Primavera de Museus, coordenadas pelo Ibram e realizadas em maio e setembro, respectivamente, tornam-se momentos importantes para as ações de divulgação e valorização das instituições museológicas. Com o objetivo de aumentar o público visitante e estreitar as relações dos museus com a sociedade, tais ações são orientadas por um tema norteador e envolvem diversas áreas dos museus. A extensa programação disponível a cada edição da Semana Nacional de Museus e da Primavera de Museus testemunha a intensa participação dos educativos em atividades que

A formação dos educadores museais no Brasil

envolvem a realização de debates, mesas redondas, palestras, atividades formativas para públicos diversos, oficinas etc.

Gráfico 4: Principais formas de produção e difusão de conhecimento em educação museal realizadas pelo setor educativo do museu.



Fonte: Relatório Final da PemBrasil, p. 52, disponível em https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/07/PEMBrasil_relato%CC%81rio-2023_final.pdf

Vale atentar para a diferença entre os Gráficos 3 e 4. Enquanto o primeiro apresenta as respostas dos educadores que responderam a PEMBrasil como indivíduos, a segundo engloba as respostas dos museus e as formas de difusão do conhecimento em educação museal produzidas pelos próprios setores educativos das instituições. Enquanto parte da estrutura organizacional de muitas instituições (32,4% dos museus respondentes da PEMBrasil afirmam possuir um setor educativo formalizado), os setores educativos costumam estar à frente da

realização de atividades educativas e culturais no âmbito da Semana Nacional de Museus e da Primavera de Museus.

Vemos que o campo da educação museal encontra muitos desafios internos e externos a superar, como a baixa remuneração oriunda dos orçamentos insuficientes, escassez de profissionais e ausência de uma infraestrutura adequada para a realização das atividades educativas, conforme apresentado no Relatório Final da PEMBrasil (2023). Por outro lado, a atuação em redes, a elaboração de parcerias e o esforço coletivo dos profissionais da educação museal em consolidar seu trabalho e aprofundá-lo em pesquisas tem se mostrado profícuo nos últimos anos. A própria PNEM, mas também a significativa adesão à PEMBrasil são reflexos deste trabalho em rede que fortalece a cada dia o campo da educação museal no Brasil.

Considerações Finais

Este estudo procurou evidenciar que, a despeito de não haver uma formação específica em educação museal em nível de graduação, e excetuando-se algumas iniciativas pontuais de especializações nesta área, os educadores museais têm nas universidades um espaço amplo para aprofundamento do estudo de suas práticas, mas também de divulgação de seus trabalhos e pesquisas em eventos acadêmicos como simpósios, seminários e colóquios.

No entanto, essa relação da educação museal e seus profissionais com a universidade ainda parece muitas vezes uma via de mão única. O estreitamento do diálogo com as universidades poderia contribuir para o reconhecimento da educação museal enquanto campo de pesquisa e incentivar a profissionalização das educadoras/es museais não só com a oferta de cursos de especialização ou de extensão, como também possibilitar aos cursos de licenciatura a criação de disciplinas específicas, considerando os museus como espaços de atuação dos/as licenciados/as. Infelizmente, ainda são raras as iniciativas de oferta de cursos específicos voltados para a educação museal nas universidades brasileiras, mesmo no âmbito de cursos de graduação em Museologia. Nesse sentido, percebe-se que as reverberações da Política Nacional de Educação Museal, no que diz respeito à profissionalização, formação e pesquisa, ainda estão restritas ao campo dos museus, tendo pouca aderência nas articulações previstas com outras instâncias educacionais, a exemplo das universidades.

Ressalta-se que a importância de realização de pesquisas no campo da educação museal, a exemplo da PEMBrasil, são fundamentais para que se tenha um conhecimento mais concreto e aprofundado das práticas educativas e dos cenários em que são desenvolvidas. A partir da análise dos indicadores apresentados por esta pesquisa, é possível repensar e propor novas estratégias para consolidação e fortalecimento da área. Ademais, vale destacar que as políticas públicas precisam ser constantemente revistas para que atendam com mais abrangência e propriedade às demandas da sociedade. Nesse sentido, ao colocarmos lado a lado os resultados da PEMBrasil e a Política Nacional de Educação Museal, é possível identificar pontos de aderência e aspectos dissonantes ao que está proposto na PNEM, justificando uma revisão desta última conforme previsto pelo Instituto Brasileiro de Museus.

Referências

ALMENDRA, Renata; CASTRO, Fernanda; COSTA, Marielle. (2022). Pesquisa Educação Museal Brasil – PEMBrasil: conhecer as práticas educativas dos museus brasileiros para fundamentar a política nacional de educação museal. In: *Anais do XVIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador, Bahia, agosto de 2022.

CANEDO, Daniele Pereira; SEVERINO, José Roberto [et al.]. *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal - Relatório Final*. 1 ed. Joinville, SC: Casa Aberta Editora e Livraria; Instituto Brasileiro de Museus, 2023.

CASTRO, Fernanda Santana Rabelo de. (2019). A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional. In: *Redoc – Revista Docência e Cibercultura*. Vol. 3, n. 2, maio-agosto de 2019.

SOARES, Ozias Jesus; GRUZMAN, Carla. O lugar da pesquisa na educação museal: desafios, panorama e perspectivas. In: *Redoc - Revista Docência e Cibercultura*. Vol. 3, n. 2, maio-agosto de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília/DF: IBRAM, 2018.

PAULA, Dalva de et al. (2018). A experiência de construção da Política Nacional de Educação Museal. *Revista MUSAS*, n.8, p.199-207.

Recebido em novembro de 2023.
Aprovado em maio de 2024.